

## Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos este *Dossiê*, cujo destaque reside nas contribuições de autores dedicados a uma *análise crítica das possibilidades e dos limites da Inteligência Artificial*. Os textos aqui reunidos têm sua gênese no projeto de pesquisa “*IA: Desafios Filosóficos*”, financiado pela Capes, que mobilizou um grupo de filósofos a se voltar para este fenômeno concreto – uma realidade que, ao revolucionar nosso cotidiano, convoca a reflexão acadêmica de maneira premente.

Ao fazê-lo, estes trabalhos desafiam um certo pensamento ortodoxo, demonstrando como a filosofia se imbrica nas dobras do mundo concreto, não subsistindo apenas nas esferas do espírito. Parte dos artigos que compõem esta coletânea foi originalmente apresentada durante o evento “*IA: Desafios Filosóficos*”, realizado em 2024 na Universidade de Brasília. Após rigoroso processo de avaliação, parte destes estudos foram selecionados e revisados para integrar o volume que o leitor tem agora em mãos, descortinando um horizonte amplíssimo de problemas e reflexões pertinentes ao nosso tempo.

Tal discernimento de possibilidades e limitações da IA aparece, de maneira transparente, em *As principais críticas à Inteligência Artificial*, de **Philippe Claude Thierry Lacour**. Para o autor, a IA designa um campo de conhecimento e uma certa tecnologia, cuja operatividade se caracteriza pelo cálculo probabilístico, pela modelagem, pela conjectura e raciocínio indutivo e pela ambição de previsão e de automação. Cada um destes aspectos revela limitações, que o artigo determina de maneira detalhada. Além das limitações externas, a IA também se expõe a críticas externas (vieses, exploração social, impacto ecológico, hesitação entre ciência e engenharia, preconceito de automatização, representações imaginárias, impactos éticos, jurídicos e políticos).

Já **André Leclerc** aponta *Os limites da interação pessoa-máquina*. Se, por um lado, a máquina deve ser provida de uma linguagem com uma sintaxe poderosa, que contém indicadores de forças ilocucionárias e que aciona um banco de dados sobre contextos mais frequentes de uso da linguagem, o que a torna capaz de simular, em certa medida, uma inte-

ração verbal dentre duas pessoas, por outro lado, a sua linguagem deve ser altamente arregimentada: os algoritmos processados pelas máquinas funcionam em “ambientes fechados” imunes às influências contextuais. Já a língua comum, usada por nós no dia a dia tem uma irreduzível textura aberta e manifesta uma forte dependência contextual. A máquina pode nos ultrapassar no tocante ao armazenamento de grandes quantidades de dados e no tocante à velocidade dos cálculos que pode executar. No entanto, o uso humano da linguagem é caracterizado pela versatilidade de nossas falas e pela sua capacidade de compreensão e de análise crítica.

Em *Agentes que escrevem, mas não assinam: sobre a presença de agentes artificiais em ambientes institucionais*, **João Vitor Schmidt** enfrenta o ponto nevrálgico onde criatividade maquínica e normatividade social se friccionam: não basta que sistemas generativos exibam performatividade produtiva comparável à humana; para que participem dos jogos institucionais (nos quais autoria, responsabilidade, validade e reconhecimento se entrelaçam) é preciso satisfazer condições de inserção que excedem a mera competência estatística. Partindo da teoria dos fatos institucionais de John Searle, o artigo reconstrói as camadas de intencionalidade, deontologia e atribuição de status sem as quais não há “dentro” institucional, mostrando que os modelos generativos, embora inevitavelmente imbricados no mundo do trabalho e da cultura, carecem dos requisitos para perceber e habitar esse mundo como agentes. Ao revisitar disputas contemporâneas de autoria, do prêmio literário às patentes, e ao testar hipóteses em cenários-limite (concursos artísticos, talk shows, testemunhos jurídicos), o texto demonstra que a agência artificial atual dissolve-se justamente onde começam os compromissos públicos: não há perspectiva de primeira pessoa normativa, nem capacidade de aderir a regras como razões. Em resultado, a “assinatura” maquínica permanece uma ficção útil para organizar fluxos técnicos, mas inválida para ancorar responsabilidades; e a presença da IA, por mais eficaz que seja na geração de produtos, revela-se parasitária das estruturas humanas de sentido, decisão e imputação. Com rigor analítico e sobriedade filosófica, o artigo desloca o debate da fascinação tecnológica para a gramática do vínculo institucional, apontando que, sem agentes capazes de tomar

posições no espaço das razões, não há comunidade de autores, apenas dispositivos que reproduzem tendências.

Uma problemática semelhante é levantada no artigo *A Inteligência Artificial como metavocabulário pragmático em Robert Brandom*, dos autores **Ernesto Perini-Santos** e **Carlos Barth**. Aqui a linguagem da IA é problematizada numa perspectiva pragmática e inferencista. No domínio da IA as práticas linguísticas são determinadas pela aplicação de uma série de algoritmos. As linguagens de computador são, para Brandom, em princípio, metavocabulários pragmáticos suficientes para algum vocabulário autônomo. Os limites do projeto de Brandom se revelam face ao “frame problem” (o problema de como recortar o que é contextualmente relevante para a realização de uma tarefa e ignorar o restante). A solução proposta por Brandom que recorre à prática da aprendizagem profunda, porém, não parece satisfatória. O artigo aprofunda, então, o problema da interpretabilidade e da explicabilidade das redes neurais. Racionalidade não humana e racionalidade humana são diversas, assim como diversos são o modo como seres humanos aprendem. O projeto de Brandom falha, na medida em que não é possível dar uma descrição algorítmica das práticas humanas. O artigo, porém, termina propondo uma outra leitura para o projeto ou os projetos de Brandom, quer dizer, uma rearticulação da relação entre a filosofia de Brandom e a IA. Em jogo está não mais a especificação de algoritmos que constituem práticas humanas, mas sim a tarefa de tornar legível a articulação do espaço inferencial da IA.

A diferença antropológica (entre humano e não humano) é uma das preocupações que a IA suscita em nossos dias. Em *O reencantamento técnico da razão instrumental: IA, ilusão de senciência e subjetivação máquinica em tempos de ChatGPT*, **Marcelo Gonçalves Rodrigues** traz à reflexão crítica outro aspecto da IA: a ilusão de senciência. Isso leva ao engano de se atribuir às máquinas uma consciência, ao modo de subjetivação e de antropomorfização delas. O artigo desmascara esta ilusão como fantasmagoria e mito. O sentido dela seria tornar o desconhecido mais familiar e manipulável. A sua base seria o caráter mimético destas máquinas: sua função imitativa das características humanas. As novas tecnologias da IA interagem com o ser humano alterando a comunica-

ção e a autonomia humanas. Esta análise se vale, então, da categoria de razão instrumental, salientando um aspecto político. Tal subjetivação e antropomorfização faria da IA um mito a serviço do controle necropolítico, cumprindo o papel de coleta e análise estatística por meio de algoritmos que facilitam monitoramento e identificação. A mitificação da IA tem como efeito o “encantamento da técnica”: o deslumbramento com a capacidade mimética das máquinas leva-nos a perder a consciência e o uso da razão no discernimento sobre o que é genuíno e o que é artificial.

Outro problema suscitado pela IA é o da formação tecnológica. Em *Reflexões sobre Inteligência Artificial a partir da perspectiva filosófica de Gilbert Simondon: o problema da formação tecnológica*, **Priscila Caldas Bianchini** e **Emerson Freire** abordam a interface das tecnologias digitais, com destaque para algoritmos e inteligência artificial com a filosofia. Partem da contribuição da filosofia da técnica de G. Simondon, precisamente, da sua reflexão sobre o modo de existência dos objetos técnicos e sobre a cultura técnica. Focalizando na intersecção entre tecnologia, filosofia e processo formativo, o artigo salienta a urgência de se discutir os desafios éticos e socioculturais que os dispositivos técnicos, especialmente os da IA, acarretam e de integrá-los na formação profissional. Tal formação é problematizada tanto em sua dimensão teórica técnica, quanto em sua dimensão não técnica, em que se há de encaminhar uma reflexão crítica sobre a realidade atual.

O problema do significado da técnica para os seres humanos em nosso tempo é tratado, então, em dois outros artigos que partem de conceitos heideggerianos. Em *Tecnicidade científica, inteligência artificial e o exercício da filosofia*, **Acylene Maria Cabral Ferreira** coloca o problema sobre como a filosofia pode exercer suas funções, utilizando os recursos da IA, de uma maneira genuína, ou seja, sem se desintegrar e sem se tornar padronizada, informativa, científica e amorfa. Partindo de Heidegger, a autora estabelece a hipótese de que na tecnicidade científica predomina a antecipação tomada no sentido da previsibilidade, homogeneização e padronização do conhecimento. Na IA o comportamento dos algoritmos se caracteriza como uma operação com combinações probabilísticas, que redundam numa repetição caleidoscópica do que já

foi produzido em termos de criação filosófica, literária e artística, simulando criatividade. O artigo alerta para o risco de os seres humanos delegarem o exercício da criatividade do pensar à IA, desperdiçando, assim, formas alternativas e criativas de conhecimento filosófico. Não obstante, o artigo não descarta que o exercício filosófico possa ser feito usando a IA de modo complementar e de maneira criativa.

Já no artigo intitulado *Nos cursos do ser: a proveniência metafísica da máquina de pensar*, **Marcos Aurélio Fernandes**, partindo da meditação de Heidegger sobre o sentido da técnica de nossos tempos, procura traçar uma genealogia histórico-ontológica desta, procurando rememorar e percorrer, nos cursos da destinação do ser que perfaz a história metafísica do ocidente, a sua proveniência. Num esforço hermenêutico, o autor procura interpretar a técnica hodierna de maneira não técnica, isto é, de maneira histórico-ontológica. Nesta perspectiva, pode-se considerar a técnica moderna e hodierna como uma constelação epocal do ser do ente (realidade do real) em que se perfaz a consumação da metafísica. A máquina de pensar, forma terminal da técnica hodierna, tem sua proveniência mais longínqua no mundo grego, a saber, na vigência da *poivhsi* (poíēsis) que jaz na regência da *tevcnh* (téchnē). Tal vigência-regência se impõe nas vicissitudes da história do ser do ente até desabrochar como o reino da essência da técnica hodierna, ou seja, como a com-posição (*Ge-stell*). A máquina de pensar, neste sentido, não é uma coisa no sentido das obras da técnica artesanal, nem é um mero objeto técnico. É um dispositivo inventado no horizonte da com-posição (*Ge-stell*). O artigo termina acenando para a espera do inesperado. A com-posição (*Ge-stell*) é não só a consumação da história da metafísica ocidental, mas também o prelúdio de um outro pensar, em que seria possível uma conversão e um retorno do esquecimento do Ser (*Seyn*) para a sua recordação pensante. A aversão, o abandono do ser, é o extremo perigo de nosso tempo. O perigo não vem das máquinas da técnica moderna, nem da máquina de pensar, nem da inteligência artificial. O perigo vem desse esquecimento.

O artigo *The naturalization of Artificial Intelligence*, de **Eugène Favier-Baron**, oferece uma contribuição fundamental para o dossiê sobre os desafios filosóficos da IA ao desvelar criticamente os alicerces socioeco-

nômicos e epistemológicos do fenômeno. Sua principal qualidade reside na articulação perspicaz entre a genealogia cibernética — com suas analogias reducionistas — e a materialidade do trabalho invisível (*ghost work*) que sustenta a ilusão de uma IA autônoma. Ao inverter a narrativa tecnocêntrica, o texto expõe a IA não como um feito científico puro, mas como reificação de relações sociais e de uma organização do trabalho, seguindo a lógica do capital. Esta abordagem desmistifica a suposta neutralidade da tecnologia, revelando-a como um instrumento de naturalização e despolitização, e convida a uma reflexão sobre os reais custos humanos e éticos por trás de sua suposta autonomia.

A colonização da subjetividade é o tema do trabalho *Do fim da privacidade à colonização do eu*, de **Larissa Pinécio Malizan** e **Max Rogério Vicentini**. O artigo oferece uma análise crítica profunda e atual sobre a relação entre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), neoliberalismo e a colonização da subjetividade, articulando conceitos de autores como Nora Merlin e Shoshana Zuboff. Sua principal qualidade reside em desvendar os mecanismos psíquicos e sociais que explicam a adesão massiva às TICs, mesmo diante de sua evidente instrumentalização para vigilância e controle. Ao integrar psicanálise, teoria crítica e filosofia política, o texto ilumina como o “capitalismo de vigilância” não apenas invade a privacidade, mas modela desejos e comportamentos, fragilizando a autonomia e desafiando os fundamentos da democracia.

A interseção entre IA e Robótica Social são analisadas em *Inteligencia Artificial y Robótica Social: el poder de las apariencias*, de **Darío Sandrone**. No artigo, o autor demonstra como a imitação da aparência e do comportamento humanos levanta questões filosóficas que vão além da funcionalidade. Sua análise qualifica-se ao desvendar o “poder das aparências” e o “efeito placebo robótico”, argumentando que a ilusão de humanidade, longe de ser um detalhe, é um projeto político e cultural de grande impacto, e nos confronta com problemas inéditos de ética, autenticidade e engajamento social.

O artigo de **Ana Maria Correa Moreira da Silva** e **Leandro Nadalletti**, *A new approach to the ethics of AI based on the concept of subjective rate of time in speed superintelligence*, oferece uma contribuição singular

ao dossiê ao explorar um desafio filosófico pouco convencional: a “taxa subjetiva do tempo” em superinteligências de velocidade. Sua principal qualidade reside na articulação entre filosofia da mente, fenomenologia e ética, argumentando que a aceleração do processamento não é apenas quantitativa, mas qualitativamente transformadora da experiência. Ao defender que um sofrimento de um segundo objetivo pode equivaler a séculos subjetivos para uma IA, o texto problematiza profundamente os parâmetros da senciência artificial e desafia a adequação de nossa moralidade para lidar com formas de consciência radicalmente diferentes.

Em *Comunicação, Informação e Computação: um campo híbrido de conhecimento para lidar com a complexidade da vida em rede*, as autoras **Dione Oliveira Moura** e **Márcia Marques** nos apresentam uma contribuição relevante ao propor o campo híbrido Comunicação, Informação e Computação (CIC) como modelo teórico-metodológico para analisar a complexidade das redes digitais. Sua principal qualidade reside na abordagem transdisciplinar, que articula crítica feminista, teoria ator-rede e análise de dados empíricos para examinar como as tecnologias reconfiguram relações de poder, resistência e solidariedade. Ao ilustrar o caso do grupo “Feministas Brasileiras no Uruguai”, o texto demonstra como a mediação algorítmica e as plataformas digitais impactam movimentos sociais, oferecendo uma reflexão interessante sobre ética, autonomia e agência em contextos de inteligência artificial e vigilância.

O artigo de **Marco Bettine** *Os desafios da Esfera Pública habermasiana em tempos de pós-verdade e algoritmos*, oferece uma análise crítica pertinente ao examinar a erosão da esfera pública habermasiana na era digital, destacando como os algoritmos das *Big Techs* e a lógica da pós-verdade fragmentam o debate racional e minam a democracia deliberativa. O autor concebe uma articulação entre a teoria crítica e os desafios contemporâneos, propondo a democracia radical como horizonte normativo para reconstruir um espaço público autêntico, capaz de resistir à colonização sistêmica e à manipulação algorítmica.

Em *Marx e a inteligência artificial: notas sobre o trabalho na Quarta Revolução Industrial*, **Cristian Arão** apresenta uma contribuição crucial ao analisar a IA pela lente da crítica marxista, expondo com rigor como a

automação na Quarta Revolução Industrial intensifica a precarização, a alienação e a desigualdade, aprofundando a subsunção real do trabalho ao capital. O autor logra desvelar o paradoxo sistêmico no qual a busca capitalista por eficiência, ao substituir trabalho vivo por trabalho morto, mina sua própria base de consumo, revelando a urgência de uma transformação radical no modo de produção para que a tecnologia sirva à emancipação, e não à acumulação.

Por fim, o artigo *Tecnologia da perda*, de **Maria Cecília Pedreira de Almeida**, procura articular com rigor conceitual os impactos da IA e das redes na subjetividade, valendo-se de Floridi e Rouvroy para expor como a algoritmização promove uma “opacidade reflexiva”, corroendo a autonomia ética e fragmentando o espaço público. Sua principal qualidade está em demonstrar como a instrumentalização da vida, reduzindo indivíduos a dados, gera um solipsismo social que inviabiliza a alteridade e a fundamentação ética, reafirmando a filosofia como refúgio crítico indispensável contra esta desumanização tecnológica.

Os leitores deste número da *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea* veem-se assim brindados com um conjunto de ideias e reflexões que não só desmistificam os atuais avanços da tecnologia, como também problematizam a condição humana, a linguagem e as interações homem-máquina sob o ponto de vista filosófico. Este *Dossiê* aborda, assim, questões verdadeiramente incontornáveis, que emergem diretamente do chão de nosso tempo, reunindo pesquisadores empenhados em raciocinar modestamente para melhor compreender o impacto desta nova ordem – com frequência, de feições distópicas – em que estamos imersos.

Boa leitura!

Marcos Aurélio Fernandes  
*Editor Convidado*

Maria Cecília Pedreira de Almeida  
*Editora Convidada*

Jade Oliveira Chaia  
*Editora Associada*